



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 196762-8

HABEAS CORPUS

136

IMPETRANTE: EDNALDO DE ARAÚJO DA SILVA JÚNIOR E FELIPE DE MIRANDA MOTTA

PACIENTE: EDSON RODRIGUES DA SILVA JÚNIOR

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO DUPLAMENTE QUALIFICADO. PRISÃO EM FLAGRANTE. LIBERDADE PROVISÓRIA. INDEFERIMENTO. GRAVIDADE CONCRETA DO FATO CRIMINOSO DENUNCIADO. RISCO À ORDEM PÚBLICA. NECESSIDADE DA PRISÃO CAUTELAR. NEGATIVA DE AUTORIA. EXAME APROFUNDADO DE PROVAS. INADMISSIBILIDADE. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. DECISÃO – ORDEM DENEGADA POR UNANIMIDADE.

1. Verificando-se que a decisão impugnada está fundada na necessidade concreta de manter-se a prisão cautelar a bem da ordem pública, em razão da gravidade do crime, resta plenamente justificada a manutenção da decisão que indeferiu a liberdade provisória.

2. O *habeas corpus* não é o meio adequado para se discutir autoria criminal, pois não permite o exame aprofundado do conjunto probatório, que será apreciado e valorado pelo Magistrado, no momento da prolação da sentença.



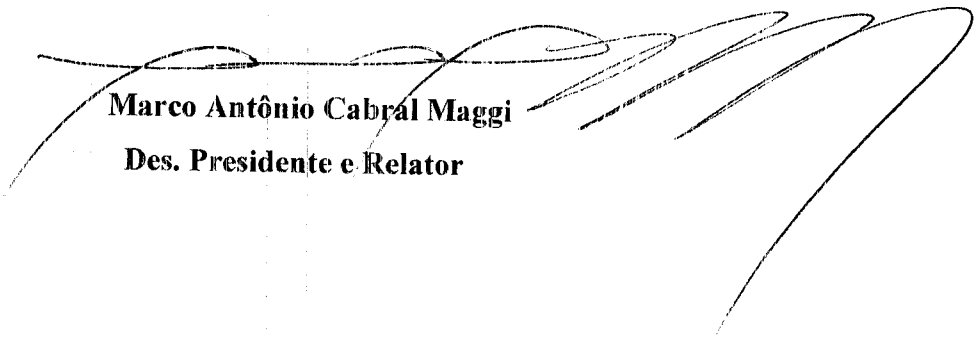
137

3. A primariedade e a existência de residência fixa e profissão definida, por si só, não são suficientes para a concessão da liberdade do paciente quando presentes os motivos que autorizam a custódia preventiva.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Habeas Corpus nº 196762-8, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em denegar a ordem requerida, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 15 de Dezembro de 2009.


Marco Antônio Cabral Maggi
Des. Presidente e Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

138

PROCESSO Nº 196762-8

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: EDNALDO DE ARAÚJO DA SILVA JÚNIOR E FELIPE DE MIRANDA MOTTA

PACIENTE: EDSON RODRIGUES DA SILVA JÚNIOR

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

RELATÓRIO

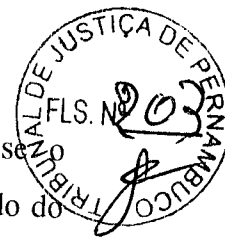
Trata-se de *Habeas Corpus* liberatório impetrado por EDNALDO DE ARAÚJO DA SILVA JÚNIOR e FELIPE DE MIRANDA MOTTA em favor de EDSON RODRIGUES DA SILVA JÚNIOR, no qual aponta como autoridade coatora o Juiz de Direito da 13ª Vara Criminal da Comarca de Recife-PE.

Alegam os impetrantes que o paciente foi preso em flagrante por suposta infração ao disposto nos artigos 157, §2º, I e II e 288 do Código Penal e artigo 14 da Lei 10.826/2003.

Argumentam que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção por não subsistirem os requisitos autorizadores da custódia cautelar, além de suas condições pessoais serem favoráveis ao pleito de liberdade provisória.

Por fim, ressaltam que o paciente não cometeu nenhum dos delitos contra si imputados na denúncia, inexistindo nos autos prova nesse sentido.

Dessa forma, pugnaram pela concessão sumária da ordem, expedindo-se o competente alvará de soltura em favor do paciente, confirmando-se a medida quando do julgamento definitivo do writ.



Juntou documentos de fls. 10/146.

139

Às fls. 153/154 indeferi o pedido liminar ora formulado.

Instada a prestar as informações de estilo, a autoridade apontada coatora relatou às fls. 167/168 que o paciente foi denunciado como incurso nas sanções previstas no artigo 157, §2º, I e II c/c artigo 70 e 288 do Código Penal e artigo 14 da Lei 10.826/2003.

Informou, ainda, que foi formulado pedido de liberdade provisória em favor do paciente, tendo sido indeferido durante o mutirão carcerário.

A Procuradoria de Justiça, em parecer ofertado às fls. 195/196, opinou pela denegação da ordem.

É O RELATÓRIO.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

140

PROCESSO Nº 196762-8

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: EDNALDO DE ARAÚJO DA SILVA JÚNIOR E FELIPE DE
MIRANDA MOTTA

PACIENTE: EDSON RODRIGUES DA SILVA JÚNIOR

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

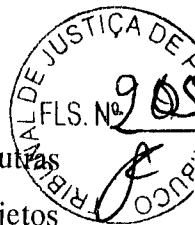
Srs. Desembargadores,
Sr.(a) Procurador(a).

Conforme relatado, sustentam os impetrantes que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção ao argumento de que não subsistem os requisitos autorizadores da custódia cautelar, posto que suas condições pessoais lhes são favoráveis, além do fato de não ter cometido nenhum dos crimes descritos na peça acusatória.

Para uma melhor compreensão dos fatos, transcrevo a seguir trechos da decisão que indeferiu o pleito de liberdade provisória formulado em favor dos paciente constante às fls. 189/189v:

“ (...) Consoante se vislumbra da peça inaugural, no dia 17 de junho de 2009, os acusados foram avistados conduzindo um veículo de marca/modelo Peugeot e, ao ser

realizada abordagem policial, foi constatado que os mesmos portavam, dentre outras coisas, um revólver, munições, bem como aparelhos celulares e bolsas contendo objetos de duas pessoas, as quais, supostamente, teriam sido vítimas de roubo pelos citados réus nas proximidades.



141

Pelo que se verifica, *ab initio*, os requisitos para a decretação da prisão preventiva encontram-se assentes nos autos, posto que a materialidade está comprovada por meio do auto de apresentação e apreensão e pelo auto de entrega e, igualmente, interrogatórios dos autuados em sede policial e pelos depoimentos das vítimas.

Em verdade, o delito objeto dos presentes autos, qual seja, o de roubo praticado em concurso de pessoas e mediante violência exercida com emprego de arma de fogo, inclusive mais de uma vítima, tem natureza grave e causa grande temor na sociedade, particularizando-se pelo fato de ser um dos crimes que mais vem aterrorizando a sociedade no momento. (...)”.

Vê-se, portanto, que a decisão que indeferiu a concessão de liberdade provisória encontra-se devidamente fundamentada, posto que estão presentes todos os pressupostos fáticos-jurídicos necessários à decretação da custódia preventiva como medida necessária a se garantir a ordem pública afastando do convívio social pessoa perigosa e que em liberdade poderá voltar a participar de novas empreitadas criminosas.

Além do mais, o delito imputado ao paciente é grave, visto tratar-se de roubo realizado em concurso de agentes com porte de arma de fogo, delito esse que, pela progressiva frequência com que vem ocorrendo, tem sido causa de crescente clamor e temor na sociedade. É essa inegável repercussão social que justifica a invocação da garantia da ordem pública como fundamento para negar a concessão de liberdade provisória. A jurisprudência tem-se manifestado reiteradamente a respeito de todos esses aspectos:

"O pleito de liberdade provisória se mostra inviável, quando presentes os requisitos da custódia preventiva. A conduta imputada

ao paciente (roubo praticado mediante violência e ameaça com uso de armas de fogo) é grave, sendo fortes os indícios de autoria. Colocado em liberdade, certamente colocaria em risco a ordem pública, podendo vir a cometer outros delitos, bem como empreender fuga, frustrando a instrução criminal e a aplicação da Lei Penal. Além do mais, o processo encontra-se em sua fase inicial, com interrogatório a ser realizado. O juiz monocrático, quando melhor analisar as provas, poderá, preenchidos os requisitos, conceder sua liberdade. Não há constrangimento a ser sanado pela via pretendida, estando a prisão revestida de legalidade. Denegou-se a ordem. Unânime. Denegar a ordem. Unânime." (TJDF - HBC 20010020066312 - 2ª T.Crim. - Rel. Des. Vaz de Mello - DJU 27.02.2002 - p. 70).

142

Em seqüência, no que concerne à alegação dos impetrantes no sentido da negativa de autoria, é válido ressaltar que não pode ser analisado pela via estreita do *habeas corpus* o exame aprofundado do conjunto probatório, que será apreciado e valorado pelo Juiz de Direito, no momento de prolatar a sentença, não comportando no *writ*, portanto, qualquer análise do mérito da causa. Assim têm entendido os Tribunais do País:

STJ: "O habeas corpus não é meio idôneo para o exame aprofundado da prova" (JSTJ 33/332);

TACRSP: "O habeas corpus não comporta o exame de provas, análise esta reservada para o momento da sentença, após assegurada a manifestação das partes sobre o conjunto probatório reunido, sendo certo que se fosse feita em sede do *writ*, representaria indevida invasão do mérito, levando a um pré-julgamento do feito" (RJDTACRIM 36/435).

Por fim, resalto que a primariedade e os bons antecedentes, por si sós, apesar de serem circunstâncias favoráveis que deverão ser consideradas no momento processual adequado, não afastam a possibilidade de manutenção da prisão preventiva, quando presentes os fundamentos que justifiquem a medida cautelar. Neste sentido:



TACRSP: "O fato de o agente ter residência fixa, família constituída, ocupação lícita e ser primário, não impede que sua prisão preventiva seja decretada, uma vez que presentes os indícios suficientes da existência do crime e de sua autoria, bem como os requisitos de garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e segurança de futura aplicação da Lei Penal" (RJDTACRIM 30/354).

143

Desse modo, entendo que estão presentes os pressupostos autorizadores da custódia preventiva do paciente, ficando, de logo, afastado o alegado constrangimento ilegal a ser sanado pela via do *habeas Corpus*, razão pela qual meu voto é no sentido de **denegar a ordem** requerida.

É COMO VOTO.